

## **CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO**

Sandra Jatahy Pesavento<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo propõe-se a analisar algumas categorias, com o fito de elaborar uma reflexão sobre a memória e o patrimônio urbano: destacadamente, atém-se às categorias tempo e espaço. Propõe uma categoria de síntese: cronotopo. Toma Paul Ricoeur como referencial para pensar estas categorias. Passa então à reflexão sobre memória e identidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Cidade – Memória Social – Patrimônio Cultural*

---

**ABSTRACT:** This article aims to analyse some concepts concerning memory and urban cultural heritage: namely, the categories of time and space. The article indicates a synthesis category: *chronotopos*. Paul Ricoeur is the theoretical and philosophical reference to think about these categories. Afterwards, the article handles with the subject of memory and identity.

**KEY-WORDS:** *City – Social Memory – Cultural Heritage*

---

### **INTRODUÇÃO**

Os vestígios arqueológicos da Amazônia sempre despertaram muita curiosidade. Amadores e especialistas fascinados pelo exotismo e pela beleza das peças arqueológicas amazônicas formaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, importantes coleções numa época onde os interesses da pesquisa convergiam principalmente para a coleta de belas peças, preferencialmente, inteiras para serem guardadas em Museus

Lidando com as duas dimensões, do espaço e do tempo, da arquitetura e da narratividade, Paul Ricoeur (1998) nos mostra o princípio através do qual ambas trocam sinais e se relacionam: o espaço se dá a ler, o tempo se dá a ver, com o que

---

<sup>1</sup> Professora Titular de História do Brasil da UFRGS. Doutora em História pela USP. Coordenadora do GT Nacional em História Cultural da ANPUH. Coordenadora do Grupo Internacional Clópe, de História e Literatura. Pesquisadora I A do CNPq. Pós-doutoramentos em Paris, Pesquisadora associada do CERMA/Paris/Fr.

retomamos a idéia do cronotopo e a uma postura hermenêutica que se dispõe a decifrar sentidos, sobretudo aqueles que nos chegam do passado.

Esta seria, portanto, uma tarefa a ser levada em conta por uma história cultural do urbano: partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados, o historiador buscaria resgatar a alteridade do passado de uma cidade através das representações de tempo e espaço que ela oferece. Ou, em outras palavras, trataria de abordar a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos.

A partir desta unidade espaço-temporal que marca a concepção de cidade, gostaríamos de nos deter nas apropriações do urbano realizadas por duas formas específicas de representação do passado: a memória e a história.

Com sua linguagem mítica de apresentar o mundo, os gregos nos falaram da deusa Mnemósine, a memória, mãe das musas, entre as quais se encontrava Clio, a história. Mnemósine e Clio deviam ter, contudo, afinidades especiais, pois ambas tinham a seu encargo a construção de narrativas sobre uma temporalidade já transcorrida. A presentificação de uma ausência, tarefa comum voltada para a representação mnemônica do passado, devia fazer de Clio a filha diletta de Mnemósine, a deusa que presidia e tutelava este rememorar das coisas acontecidas.

Mas o estilete da escrita e a trombeta da fama, atributos de Clio, reverteriam esta situação, fazendo caber à história o registro autorizado sobre o passado, atividade marcada pelo atributo de permanência do texto sobre a oralidade. Ao fixar, pela escrita, uma narrativa sobre o passado, a história como que pretende aprisionar o tempo, dotando seu discurso de permanência. A narrativa histórica inaugura uma nova temporalidade, distinta do passado e do presente, ao reconstruir um passado que toma o lugar do acontecido e mesmo a ele se substitui como versão estável do tempo escoado.

Mesmo lidando com a mudança no tempo, a escrita da história aspira uma durabilidade, um reconhecimento e uma estabilidade discursiva sobre o acontecido, não só para o presente no qual se inscreve, mas sobre um futuro que ainda não se realizou. A história implica ter em conta um horizonte de expectativa, onde situa um público, para quem a narrativa historiográfica não apenas se apresentará como versão verossímil do passado, como mesmo se substituirá a este no imaginário dos leitores.

É neste contexto que, em inversão do quadro apresentado na mitologia, a história passou a subordinar a memória, dela se valendo como objeto e campo de ação, presidindo a tutela da rememoração, no resgate de tudo aquilo que possa resgatar as marcas do passado. A história faz da memória uma de suas marcas de historicidade, mesmo que a evocação se baseie em um relato muito particular apoiado em um vago “eu creio que me lembro” ou em um ainda mais expressivo “ouvi dizer que”.

Pois, afinal, entre registros de pedra, de papel e reminiscências, o tal passado a recuperar é, na verdade, somente acessível pelo esforço da imaginação, uma vez que se trata de uma experiência que se passou no tempo do *já acontecido* ou para muito além deste, por fora da experiência do vivido. A objetividade deste tempo escoado só se tornará presente, para o historiador e para o leitor, através de uma operação mental e subjetiva, onde discursos e imagens dotados de sentido realizarão esta operação de reconfigurar uma temporalidade.

Mas, mesmo assim, a história se propõe como uma inscrição duradoura no tempo, a fixar os acontecimentos pela narrativa escrita e a dotá-los de permanência, no plano da coerência de um enredo e da atribuição de significados. E é neste intento que a memória, como marca de historicidade, traz para o campo da história um importante elemento: o testemunho. Aquele que rememora carrega consigo o pequeno milagre e a alegria do reconhecimento, como lembra Ricoeur (2000), traduzido no ato de confiança frente à imagem evocada. *Foi assim, foi então, foi lá, foi ele*, afirma o autor da lembrança, que *lá esteve, viu e ouviu*, dando credibilidade à rememoração.

Como se daria este processo na cidade, definida como uma unidade de espaço e tempo, e onde nos propusemos a ver como a história se apropria da memória para recuperar traçados, vivências e materialidades?

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história.

Este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo.

Mas este tempo transcorrido implica, inevitavelmente, bem o sabemos, em desgaste objetivo das formas que se inscrevem no espaço urbano, tornando-as, por vezes, irreconhecíveis ou irrecuperáveis. A passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as

formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade.

Neste contexto, a história enfrenta o desafio do tempo físico e do tempo social, buscando ver, no presente, uma cidade do passado que se apresenta, com frequência, como uma cidade *perdida*.

Em um primeiro momento, o historiador se sente como um arqueólogo diante da tarefa de abordar uma cidade da qual, aparentemente, não existem mais traços. A situação nos faz pensar em Ítalo Calvino e em uma de suas “*ciudades invisíveis*”, espécie de cidade fantasmática onde o passado apenas se insinua por indícios quase imperceptíveis:

“[...] daqui de cima não se vê nada; há quem diga: ‘Está lá embaixo; e é preciso acreditar: os lugares são desertos. À noite, encostando o ouvido no solo, às vezes se ouve uma porta que bate’”  
(Calvino, 1991, p. 116).

Tarefa difícil, sem dúvida, que faria deste investigador do passado das cidades quase um arqueólogo, um detetive. Mas, a rigor, não seria este justamente o reiterado percurso do historiador, a desenterrar do passado os mortos e a percorrer uma temporalidade já transcorrida, à qual ele só tem acesso através das representações?

Por vezes, principalmente nos centros urbanos que sofreram uma profunda modernização, esta mudança é de tal forma intensa que impede as evocações espontâneas, dadas pela contemplação inadvertida de um espaço, de um prédio, ou de uma situação criada no contexto da cidade que parece estranhamente familiar. Mas este despertar para o passado através do choque de uma imagem do presente – que Aristóteles chamou de *mneme*, Proust de *memória involuntária* e Joel Candau (1998) de *proto-memória* –, surgido pela presença no espírito de uma imagem, como rememoração provocada por uma experiência casual, chega mesmo a ser anulado diante de uma cidade que sofreu profundo processo de transformação. Trata-se não apenas de uma eliminação radical das marcas ou registros do passado que uma cidade pode conter – e, com isso, despertar, de forma automática, a rememoração – mas de um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido. Neste contexto, a busca da temporalidade escoada implica no acionar de uma vontade e mesmo de um aprendizado, que só podem ser despertados pela ativação de um olhar sensível e por um processo que implica ensinar a pensar.

Assim, só se pode resgatar o tempo escoado no espaço da cidade através de uma atitude deliberada e de um esforço da imaginação, que chama a si toda uma

carga de referências acumuladas, capazes de criar este olhar especial, que possibilita ver além daquilo que é dado a ver.

Nesta medida, o que passa a contar não será exatamente a permanência integral das formas antigas nem a sua capacidade de resistência à passagem do tempo físico, ao desgaste e à transformação, dada pela passagem do tempo social. É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória.

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, no caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo. Trata-se antes, pois, de tentar atingir, ou mesmo resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar.

Esta, contudo, é uma tarefa a ser empreendida, é um caminho que implica opções. A busca deliberada do tempo das cidades implica, sobretudo, como se assinalou, em uma educação dos sentidos, em um despertar das sensibilidades para a leitura do passado.

Nesta medida, estaríamos diante de uma espécie de *memória voluntária*, segundo uma terminologia proustiana, ou de uma *anamnesis* enunciada por Aristóteles, que marca uma busca, uma vontade deliberada de lembrar, uma espécie de trabalho no qual o indivíduo se empenha para tornar presente no espírito a experiência vivida do passado. Todavia, esta dimensão individual do processo de rememoração – sede primeira de toda atividade mental de evocar, como aponta Bergson –, é ultrapassada nesta instância, quando se trata de pensar que toda memória individual se constrói, também, com a memória dos outros.

Ou seja, como aponta Hallbwachs (1994), todo indivíduo que rememora, por idéias, palavras e imagens, se enquadra em um determinado meio social, temporal e espacialmente demarcado. Esta *memória voluntária* se constituiria, pois, como uma *memória social*, onde a percepção subjetiva do tempo que passa encontra sentido na vida coletiva, que ajuda a lembrar e dar significado ao passado. E, neste ponto, Mnemósine começa a dar precedência a Clio na representação do passado.

Mas, como assinala Durkheim, há um ponto em que a memória social, fruto em parte de uma vida em comum, das tradições e de uma certa noção de herança recebida, se transforma em *memória coletiva*, que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente, uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado. Para tanto, os dispositivos do Estado, da educação, da cultura e da mídia são postos a serviço deste esforço não apenas de evocar e socializar as

lembranças, mas também de selecionar e fixar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Este é ainda o momento chave no qual a história realiza a construção seletiva da memória, ultrapassando a experiência do vivido e tornando patrimônio comum o que recupera do passado e que se passou há muito tempo atrás. Para tanto, a história se apodera da memória, social e coletiva, e a retrabalha, preenchendo lacunas, dando voz aos silêncios, revelando sentidos e, como aponta Walter Benjamin, acabando aquilo que, no passado, não ficou concluído. Ocupando posições nas esferas que institucionalizam e que presidem a representação do passado, a história como que *salva* para o presente a temporalidade transcorrida.

Em se tratando da cidade, a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série de temporalidades.

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

Habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do *agora*, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da *urbs*, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente.

Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade.

Mas, para tanto – e esta é a questão crucial a definir, tanto na Europa quanto na América Latina –, é o tempo do presente, do *aqui* e do *agora*, que preside o tempo das cidades, pois ele se situa no âmago das decisões ou da vontade política da cidade habitar os seus tempos.

Entendemos que esta tarefa, que compete aos chamados *produtores do espaço*, para usar a expressão de Marcel Roncayolo (1990), deveria ser secundada, cada vez mais, pelos *consumidores* do mesmo espaço, em especial por certa categoria de *leitores privilegiados* da cidade (geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos). Com sua competência técnica específica e olhar sensível, eles precisariam ter maior participação nesta atividade que é a de fazer a cidade habitar os seus tempos, questionando o espaço. A cidade do passado seria o resultado de

uma reunião de saberes, provenientes da ciência, do conhecimento adquirido e também das sensibilidades, da apreensão afetiva e emotiva do mundo. *Studium e punctum*, para usar a linguagem de Barthes (1980) ao referir-se às formas de conhecimento sobre o real.

Tomemos, pois, o caminho de Clio, que tutela a memória e inventa a história da cidade, reencontrando os seus múltiplos tempos inscritos no espaço. Os historiadores são consumidores do espaço e leitores privilegiados da cidade. Os historiadores podem ensinar a criar uma consciência do valor destas temporalidades do passado, mas, nesta tarefa, enfrentam um desafio secular, expresso no enfrentamento da permanência com a mudança.

Esta equação ancestral, que remonta a Parmênides e a Heráclito, repõe, para a tarefa de pensar a memória e a história das cidades, uma espécie de luta ou tentativa de superar o tempo.

A arquitetura e a escrita aspiram, de certa forma, uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira a durabilidade, exceção feita às chamadas *arquitecturas do efêmero*, presentes na nossa contemporaneidade. A história, por seu lado, inscreve no texto um relato que visa também a uma permanência de sentido. Mesmo tendo em conta que seu objeto é a mudança das sociedades no tempo, a narrativa histórica aspira salvar o passado para o presente e registrar para o futuro um discurso explicativo sobre o tempo. A memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. Nesta medida, arquitetura, memória e história poderiam ser definidas como atividades humanas marcadas pelo enfrentamento com o tempo, assegurando registros voltados para a durabilidade.

A rigor, todas estariam empenhadas na construção de uma *meta-memória* para a cidade, para usar a expressão de Joel Candau (1998), referindo-se à construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de um sentido para o presente.

Assim, estaríamos verdadeiramente no campo da história cultural, a lidar com construções imagéticas e discursivas que se colocam no lugar do acontecido, presentificando uma ausência. E, no caso do passado das cidades, são muitos os silêncios e as lacunas a preencher pelas representações possíveis de serem construídas, dando a ver e ler uma temporalidade e um espaço muitas vezes transformado.

Qual a estratégia, contudo, a adotar? O caminho talvez seja a *patrimonialização* do passado e a educação do olhar que se inspira na concepção do *monumento*. Falamos, a priori, de uma atitude, que pode e deve ser secundada pelas intervenções práticas, orientadas pelo conhecimento técnico. Mas este, no caso, não se dará isolado, sem levar em conta esta reorientação sensível da questão urbana face ao seu passado.

A *patrimonialização* do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem. Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças *lugares*, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um *patrimônio* herdado.

Por outro lado, esta aprendizagem implicaria em dotar, cada espaço edificado da cidade do atributo original da palavra *monumento*: objeto que faz lembrar. É óbvio que tal atitude não implica em tudo reabilitar ou restaurar, na busca ingênua de uma cidade cristalizada no passado, parada no tempo. Mas toda arquitetura pode ser monumento, na medida em que encerrar uma memória, encarnar um sentido a ser recuperado.

Mas resta, contudo, a dualidade contraditória, expressa na oposição preservação *versus* mudança. Seria possível fazer algo durar no tempo, permanecer desde o passado para as gerações futuras sem que houvesse manutenção, restauro, salvaguarda? (Vigato, 2000). Distanciando-se da postura de um John Ruskin (1980), no século XIX, segundo o qual o destino das construções do passado é de serem consumidas inexoravelmente pelo tempo, arquitetos e historiadores preocupam-se em intervir no processo, preservando memória, sentido, história...

Talvez seja este, enfim, o caminho, que implicaria superar as antinomias, unindo especialistas do tempo e do espaço em um mesmo objeto cronotópico que é a cidade: historiadores e arquitetos, associados, poderiam levar adiante esta atitude construtora de uma sensibilidade para com o passado urbano. Uma junção de olhares permitiria enxergar mais longe, transmitindo saberes voltados para o urbano e possibilitando, talvez, resgatar aquilo a que se dispõe a hermenêutica voltada para o passado: *fazer falar um outro no tempo*. No caso, esta alteridade seria a cidade da história, da memória, da arquitetura, dos caminhos e traçados perdidos, que poderiam ser despertados, em postura que, no final de contas, seria um dos exercícios possíveis da cidadania.

### **Bibliografia**

- RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme* (303). nov/dec, 1998. p. 44-51.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales*. 55 année, (4). juillet/aôut 2000. p. 731-749.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANDAU, Joel. *Mémoire et identité*. Paris. PUF, 1998.
- HALLBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris. Albin Michel, 1994.
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris. Gallimard, 1990.
- BARTHES, Roland. *La chambre claire*. Paris. Gallimard/Seuil, 1980.
- VIGATO, Jean Claude, *apud* POIESIS. *Architecture. L'architecture et le temps*. Toulouse. n° 11, 2000.
- RUSKIN, John. *Les sept lampes de l'architecture*. Paris. Les presses d'aujourd'hui, 1980.

